

ANTROPOLOGIA MALINOWSKIANA E OS ASPECTOS TEÓRICO-
METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO NA
CONTEMPORANEIDADE

Malinowskian Anthropology and the theoretical-
methodological aspects of contemporary field

Francisco Alves Gomes

Bacharel em Ciências Sociais pela UFRR

Licenciado em Sociologia pela UNISUL

Especialista em Educação pela UFRR

Mestre em Antropologia Social pela UFPE

E-mail: francisko_ag@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho é de caráter bibliográfico e trata sobre os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa de campo antropológico, a partir da prática etnográfica desenvolvida por Bronislaw Malinowski. Analisam-se os registros feitos na monografia “Os argonautas do pacífico ocidental”. Objetiva-se fomentar uma conversa entre o autor em questão com os pensadores atuais que ecoam no panorama acadêmico brasileiro, sobretudo, em se tratando das metodologias adotadas em campo diante do contato com a alteridade. Utilizam-se autores clássicos e contemporâneos da ciência antropológica para guiar o raciocínio deste estudo pelas trilhas da prática da pesquisa de campo em uma abordagem antropológica do ontem e do hoje.

PALAVRAS-CHAVE:

Antropologia. Bronislaw Malinowski. Pesquisa de Campo.

ABSTRACT

This work is of bibliographic character and discusses the theoretical and methodological aspects of anthropological field research, from the ethnographic practice developed by Bronislaw Malinowski. We analyzed the records made in the monograph “The Argonauts of the Western Pacific”. It aims to promote a conversation between the author with current thinkers who echo the Brazilian academic landscape, especially in the case of the methodologies used in the field before the contact with otherness. It was used classic and contemporary authors of anthropological science to

guide the reasoning in this study through the paths of practice of field research in an anthropological approach of yesterday and today.

KEYWORDS:

Anthropology. Bronislaw Malinowski. Field research.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de iniciar uma reflexão teórica, mesmo que em um caráter ensaísta, acerca do aspecto teórico-metodológico da pesquisa de campo antropológico, a partir das incursões etnográficas protagonizadas por Malinowski em registro na monografia “Os argonautas do pacífico ocidental”. Objetiva-se fomentar o diálogo entre o autor supracitado com os pensadores atuais que repercutem no cenário acadêmico nacional no âmbito das estratégias do agir em campo diante da alteridade.

Nesse sentido, com base em um raciocínio dialético, analisam-se as contradições e as similaridades das reflexões teóricas apresentadas sobre a prática etnográfica desempenhada por Malinowski. Tudo isso em intensa experiência de pesquisa na Austrália, inicialmente com o povo Mailu, na Melanésia (1914) e, posteriormente, com os nativos das Ilhas Trobriand, na Nova Guiné (1915-16) - em comparação com as contribuições conceituais dos antropólogos contemporâneos no que pese a prática etnográfica na atualidade.

Essa incursão se torna pertinente e desafiadora na medida em que se percebe cada vez mais a contradição aparente na obra de Malinowski em análise. Conforme Durham (1986), esse paradoxo estiliza-se na riqueza da descrição etnográfica do autor em face ao simplismo de suas concepções teóricas que ensejaram a crítica voraz. Assim sendo, com base nessa proposta inicial, será possível perceber o essencial na obra de Malinowski, bem como suas principais contribuições e méritos no desenvolvimento de conceitos e teorias e, mais do que isso, o papel desempenhado por ele na consolidação da Antropologia enquanto ciência.

Por uma questão metodológica, o presente trabalho constituir-se-á em três tópicos básicos de exposição. Na primeira seção, apresenta-se um passeio pelas ilhas da história antropológica, de modo a evidenciar sua

Antropologia Malinowskiana e os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa de campo na contemporaneidade

gênese e desenvolvimento ao longo do tempo. No segundo tópico, desenvolve-se uma análise resumida da vida e obra de Malinowski, dando ênfase ao paradoxo de seu pensamento com base na análise da obra “Os argonautas do pacífico ocidental”, respaldando-se no aporte teórico edificado por Durham (1986).

Na terceira seção, esboça-se uma reflexão acerca do caráter teórico-metodológico da pesquisa de campo antropológica no cenário atual. Essa ponderação desenvolve-se com base em Viveiros de Castro (2002), Fabian (2006), Toren (2006) e Sigaud (2007), de modo a evidenciar opiniões diversas sobre os aspectos estratégicos de ver, sentir e pensar o campo de pesquisa enquanto um mundo exterior ao investigador, dominado pela diferença.

A GÊNESE DA ANTROPOLOGIA ENQUANTO CIÊNCIA

Os manuais de Antropologia não são unânimes quando se pretende contar, em poucas palavras, sua história, bem como seu surgimento, desenvolvimento e formação. De acordo com Eriksen e Nielsen (2010), a história da Antropologia não é uma narrativa linear de progresso. Em síntese, os autores supracitados abordam, em sua obra sobre a história da Antropologia, as ambiguidades e controvérsias modernas que cercam esse caminho histórico recheado de mitos¹.

Eriksen e Nielsen (2010, p. 9) desenvolvem a seguinte questão: “há quanto tempo existem antropólogos?”. Antes disso, para ser mais didático, seria interessante perguntar o que é Antropologia ou o que um Antropólogo faz? De acordo com Peirano (1999, p. 225), “por muito tempo a Antropologia foi definida pelo exotismo do seu objeto de estudo e pela distância, concebida como cultural e geográfica, que separava o pesquisador do seu grupo de pesquisa”.

¹ Conforme Peirano (1992), um dos grandes mitos que assola a história da Antropologia é, sem dúvida, o mito da pesquisa de campo desenvolvida por Malinowski entre os trobriandeses. Este mito foi abalado em 1967, com a publicação dos diários de campo do pesquisador, que mostraram um investigador abalado por sofrimentos psíquicos, físicos, fortes emoções e desejos e, portanto, muito mais humanizado.

Nessa perspectiva, a Antropologia, entendida como a ciência do homem, esteve ligada ao outro, diferente do eu, distante e exótico. Nestes termos, conforme interpretação de Peirano (1999), diante do perigo eminente do desaparecimento do objeto singular da Antropologia, Lévi-Strauss (1962) evidenciou, sem medo de errar, que o interesse da disciplina em questão estava diretamente ligado às diferenças que, por sua vez, dificilmente seriam esgotadas.

Assim sendo, tudo aquilo que se configurava como estranho a minha realidade, poderia ser um tema em potencial da pesquisa antropológica, desde que se enquadrasse dentro das categorias básicas de estudo da disciplina, tal como relações sociais, processo político, religião, dentre outros. A Antropologia, desde muito cedo, dedicou-se aos estudos das relações sociais dos chamados “grupos primitivos”, preocupando-se em entender o processo político, a religião, as regras que regem as interações internas e os sistemas simbólicos, entre outros, conforme ponderou Laplantine (2003).

Esses estudos foram facilitados pela adoção da pesquisa de campo que, via de regra, oportunizou o aprofundamento do conhecimento do pesquisador. A literatura existente aponta para Bronislaw Malinowski como sendo um dos pais da pesquisa *in loco*, tendo em vista que “foi o primeiro a conduzir cientificamente uma experiência etnográfica, isto é, em primeiro lugar, a viver com as populações que estudava e a recolher seus materiais de seus idiomas (...)” (LAPLANTINE, 2003, p. 60-61). A partir disso, cria-se o mito evidenciado por Peirano (1992), que divide a Antropologia em duas etapas de vida, isto é, antes e depois de Malinowski, em decorrência da eminência da pesquisa de campo.

Nessa esteira, além do mito da pesquisa de campo, a Antropologia em sua gênese, tem sido analisada a partir do olhar da denúncia, sob a acusação de que a disciplina esteve a serviço do colonialismo e da expansão do capitalismo, conforme assevera L`estoile, Neiburg e Sigaud (2002). Mas, na atual conjuntura, é vista sob o olhar do engajamento, em virtude de defender a bandeira das minorias, sobretudo por meio do que podemos chamar de Antropologia da ação, apresentado por Oliveira (2004). Em

virtude disso, observa-se que a referida área do conhecimento fez parte de um projeto histórico que surge no berço das grandes conquistas nacionais e imperiais, em nome da colonização dos chamados povos primitivos².

Nas palavras de L`estoile, Neiburg e Sigaud (2002, p. 9):

Na divisão do trabalho entre as ciências sociais, a antropologia especializou-se na descrição e na classificação de grupos sociais frequentemente tidos como primitivos [...] definidos pela sua exterioridade e alteridade em relação ao mundo dos antropólogos, ele próprio definido pela civilização, pela ciência e a técnica.

Todavia, o trabalho inicial desenvolvido pelos profissionais da disciplina apenas se tornou possível porque tais grupos já estavam sob o domínio dos Estados Nacionais ou Imperiais Modernos. Assim sendo, na lógica adotada neste resumo histórico acerca do surgimento, desenvolvimento e formação da Antropologia, torna-se evidente que a história dessa disciplina esteve marcada por inúmeras denúncias, sob a acusação de que esteve a serviço da reprodução do sistema capitalista enquanto um saber de Estado.

De acordo com L`estoile, Neiburg e Sigaud (2002), este tipo de insinuação tornou-se comum em meados da década de 50 do século passado, porém, mais recentemente, a Antropologia passou por uma espécie de redefinição, ou seja, de um instrumento de dominação, passou a ser exaltada como uma ferramenta política, cuja militância está direcionada a serviço das minorias.

MALINOWSKI E O TRABALHO DE CAMPO

Parafraseando Durham (1986), Bronislaw Malinowski nasceu em Cracóvia, na Polônia em 1884. Nos primeiros anos de formação, estudou Ciências Exatas, dedicando-se especificamente à matemática e à física. Posteriormente, dedicou-se ao estudo da Antropologia, sobretudo após leitura do livro “O ramo de ouro”, de James Frazer. Esse detalhe é bastante

² O autor que a este subscreeve faz uso do termo “povos primitivos” enquanto categoria analítica nativa. Mas está consciente dos equívocos ideológicos que o referido termo carrega em seu bojo.

ênfatisado nas obras sobre Malinowski, pois tal leitura é apontada como a grande responsável por encaminhar o autor a pensar antropológicamente a pesquisa de campo.

Neste período, em meados dos anos de 1913, Malinowski conjectura as críticas iniciais em direção ao evolucionismo etnográfico, bem como ensaia uma nova maneira de interpretação que, mais adiante, seria denominado de funcionalismo cultural (DURHAM, 1986). Nesse cenário antropológico do início do século XX, é notória a presença de pensadores como Haddon, Rivers e Seligman (ERIKSEN; NIELSEN, 2010). Paralelamente a esses, temos Franz Boas nos Estados Unidos, repercutindo com a forma de pensar, cuja abordagem culturalista orienta a pesquisa de campo.

De acordo com Durham (1986), a experiência de campo de Malinowski iniciou-se em 1914, entre os Mailu na Melanésia. O autor se preocupou em desenvolver uma etnografia, de modo a relatar detalhadamente todos os arranjos experimentais, apresentando uma descrição exata dos aparelhos utilizados, a maneira pela qual as observações foram conduzidas, bem como o número de observações, o tempo dedicado às observações e o grau de aproximação com que realizou cada um dos procedimentos. Para obter êxito no desafio proposto, Malinowski viveu, durante muitos meses, como um nativo entre os nativos.

Diante do exposto, constata-se que Malinowski faz jus à observação participante, momento no qual passa a observar a vida dos nativos diariamente, tanto no âmbito do trabalho e das diversões, conversando com eles na própria língua nativa, obtendo todas as informações das fontes mais seguras, sem a intervenção de intérpretes. “Essa longa convivência com um único povo primitivo constitui imensa inovação na técnica de trabalho de campo, permitindo uma análise em profundidade de uma cultura diferente da nossa” (DURHAM 1986, p. 9).

Corroborando Durham (1986), Eriksen e Nielsen (2010, p. 57) afirmam que:

a observação participante de Malinowski estabeleceu um novo padrão a pesquisa etnográfica. Todo fato, mesmo o mais

Antropologia Malinowskiana e os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa de campo na contemporaneidade

insignificante, devia ser registrado. Na medida em que fosse possível, o etnógrafo devia participar do fluxo contínuo da vida do dia a dia, evitando questões específicas que pudessem desviar o curso dos eventos e sem restringir a atenção a partes específicas da cena [...].

Imerso nesse mundo por meio da pesquisa de campo, Malinowski edifica o mosaico etnográfico da alteridade, cuja característica fundamental percebida em seu trabalho é a sua capacidade de criar, para o leitor, a efígie viva e real de um povo completamente diferente de nós (DURHAM, 1986). Nesse sentido, a autora citada aponta como essencial na obra de Malinowski o respeito aos dados empíricos e o virtuosismo na manipulação das informações colhidas em campo, dando ênfase a especificidade de cada cultura.

Nas palavras de Malinowski (1978, p. 509):

o que realmente me interessa, no estudo do nativo, é a sua visão das coisas, sua Weltanschauung o sopro de vida e realidade que ele respira e que o anima. Todas as culturas humanas fornecem a seus membros uma visão definida do mundo, uma atração definida pela vida. Nas minhas perambulações pela história humana e pela superfície da Terra, o que sempre me encantou, despertando em mim o desejo real de penetrar em outras culturas, de entender outros tipos de vida, foi a possibilidade de ver a vida e o mundo de diversos ângulos, peculiares a cada cultura.

Dito isso, Malinowski grita em um tom ameno que o nativo era dotado de uma especificidade cujo ponto de vista era, talvez, até mais atraente que o do pesquisador. Conforme Durham (1986, p. 10), “a preservação dessa especificidade é fundamental, porque só através dela é possível entender o comportamento concreto de seres humanos reais que vivem uma realidade cultural diferente da nossa”. Em outras palavras, Malinowski defendia que o comportamento do “primitivo” era dotado de uma lógica que, apesar de fugir a forma de pensar ocidental, não deixava de fazer sentido para aqueles que estavam inseridos no grupo, pois fazia parte de uma dinâmica própria, cuja lógica precisa ser investigada pelo pesquisador.

Para Durham (1986, p. 10), o grande mérito da obra de Malinowski em análise “reside na sua capacidade de reconstruir, como universo integrado de significados, uma experiência cultural específica”. Nesse sentido, Malinowski compreendia a realidade social enquanto um sistema integrado e inter-relacionado em sua totalidade. Observa-se, então, a presença da concepção funcionalista em seu pensamento, pois, parafraseando Eriksen e Nielsen (2010), para Malinowski, o indivíduo era o fundamento da sociedade.

O CARÁTER TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA DE CAMPO NO CENÁRIO ATUAL

A discussão a respeito do caráter teórico-metodológico da pesquisa de campo antropológico nos leva a refletir sobre a maneira como se fez e como ainda se faz Antropologia nos dias de hoje. Analisando essa questão à luz de autores contemporâneos, percebemos que as concepções etnográficas podem variar de acordo com as correntes de pensamentos presentes em diferentes escolas existentes no universo acadêmico responsável por pensar a história e a teoria antropológica.

Dessa forma, a abordagem teórico-metodológica da pesquisa de campo reflete esse pluralismo, por meio da práxis, no seio mesmo das reflexões antropológicas formuladas em diferentes âmbitos. Contudo, a forma de “se fazer” o trabalho em campo, ou melhor, as metodologias adotadas na pesquisa se diversificaram e tomaram novos rumos. Hoje em dia, pesquisadores como Fabian (2006) defendem uma abordagem antropológica diretamente distinta das anteriores.

O referido autor preconiza a não conceituação [a priori] do objeto a ser estudado, pois o ser, enquanto antropólogo, deve perceber as subjetividades de cada um, somando-se a isso, as intersubjetividades que de modo simples são várias subjetividades. Em outras palavras, o sujeito é dotado de ideias diferentes das do pesquisador. Os conceitos, as atitudes, os costumes são distintos.

Com isso, através do tempo compartilhado, é que o pesquisador vai perceber e abstrair o que tem de mais relevante do ponto de vista do povo estudado, e não mais aquilo que o próprio antropólogo julgaria como o mais pertinente ou importante para ser analisado, de acordo com as pressuposições de seu mundo, mas compartilhando o modo de vida do “estudado” e percebendo e respeitando as próprias conceituações da cultura analisada.

Segundo Viveiros de Castro (2002, p. 4), “a maneira [clássica] de se fazer pesquisa antropológica não levava em consideração o sujeito enquanto um ser capaz de formular sua própria visão de mundo”. O antropólogo deveria ter em mente que outro mundo seria possível além do seu próprio mundo, pois o ser humano, tal como o imaginamos, não existe. O desafio proposto pelo autor é exatamente o de não ver o nativo a partir de uma visão antropológica, e sim por meio do olhar do próprio ser analisado, respeitando as suas próprias ideias e visão de mundo.

O que estava ocorrendo era a transferência de conceitos para o mundo do sujeito analisado. O antropólogo não se dava conta da capacidade que o nativo tinha de pensar, assim como o pesquisador, só que eles pensavam – muitas das vezes – de modo bem diferente. As verdades de cada um eram outras. O que poderíamos denominar de verdade? Quem está com a razão? Quais são os princípios básicos para se chegar o mais perto possível de se fazer Antropologia enquanto ciência ou de ditar as regras do jogo?

Viveiros de Castro (2002), ao propor uma nova política-epistemológica em relação à pesquisa de campo, leva-nos à reflexão da real possibilidade de se colocar em prática suas ideias e opiniões a respeito de como se fazer Antropologia, de como chegar a “coetaneidade” (FABIAN, 2006) ou de como realizar a Antropologia Simétrica³. Isso tudo tendo em vista que a neutralidade não existe na perspectiva de Fabian (2006) e que a verdade é relativa, ou que outros mundos são possíveis na visão de Viveiros de Castro, ou via reflexões de Christina Toren (2006).

³ Antropologia simétrica, citada por Viveiros de Castro (2002), em menção à teoria de Bruno Latour.

Considerando o mencionado acima, acreditamos que adotar como verdade as afirmações perspectivistas de Viveiros de Castro (2002) ou as indagações de caráter crítico de Sigaud (2007) sobre as interpretações e crenças antropológicas (por exemplo) é, no mínimo, isolar-se em um círculo de ideias restritas a respeito de como se fazer pesquisa de campo. Devemos pensar bem antes de adotar como verdade as crenças de cada antropólogo, ou ao ler obras comentadas por terceiros.

Assim sendo, percebe-se que os teóricos aqui citados seguem e acreditam em ideologias específicas e que, por isso, a neutralidade em seu sentido lato não existe do ponto de vista de alguns teóricos, à guisa de Johannes Fabian. Ou, para não parar em um único exemplo, podemos citar a própria Lygia Sigaud, que defende um ideal em detrimento de outros. Concluimos que não há razão suficiente para adotarmos como verdade única [em sua totalidade] as opiniões de intelectuais a respeito de como se realizar a pesquisa de campo, pois essa é uma tarefa árdua que merece atenção específica, de acordo com o mundo de cada um.

Não devemos ser ortodoxos a ponto de nos amarrarmos em apenas uma corrente de pensamento se tal é dotado de crenças e ideologias por detrás de algo maior, isto é, o aperfeiçoamento do caráter político-epistemológico, ou a respeito da tradução dos nativos, suas crenças, suas verdades ou doxas, que, por fim, acabam sendo verdadeiramente incorporados ou não por outros pesquisadores. Há todo um conjunto de regras que orientam o pesquisador em sua pesquisa de campo.

Contudo, devemos adotar apenas aquilo que acreditamos ser necessário para com o nosso sujeito analisado, pois cada povo detém suas características próprias, isto é, subjetividades e intersubjetividades. Com base em Durham (1986), subjetividade e intersubjetividade seriam mais ou menos o que esta autora denominou de especificidade cultural a partir do pensamento em Malinowski, pois o foco malinowskiano estava centrado no que ele chamava de *Weltanschauung*, isto é, a visão que os nativos tinham acerca de sua própria existência.

Nessa perspectiva, Malinowski entendia que todas as culturas humanas seriam capazes de fornecer a seus membros uma visão definida do

mundo, uma atração definida pela vida. Desse modo, toda essa concepção acerca da pesquisa de campo seria caracterizada enquanto um processo, cujo caminho segue a lógica dialética, pois percebemos que a ideia “aceita” hoje pode amanhã ser refutada pelo próximo estudioso em Antropologia. Pensamos (e aqui já estou tomando como verdade algo) que esse é um processo dinâmico e lógico aos moldes das características da própria dialética citada.

Não existe um manual pronto e acabado sobre como se fazer Antropologia, assim como não existe um vade-mécum pronto acerca dos objetos que tal área deva estudar. Os fatos evidenciam o surgimento de novas escolas, novos objetos e novas abordagens epistemológicas referentes ao fazer Antropologia. Devemos apenas absorver o que acreditamos ser melhor para o sucesso de nossa pesquisa de campo e envolvidos. E, se possível, acrescentar mais e mais ao vasto campo de ideias e metodologias que existem hoje em dia.

Cada um vai defender o seu ponto de vista, a sua verdade, as suas crenças, os seus costumes e as idiossincrasias. É isso que cada autor citado ao longo deste texto tenta fazer. Cada qual com suas razões e méritos no âmbito das reflexões antropológicas. É importante ter em mente isso e não tentar entender o outro a partir do seu eu, pois o homem, tal qual imaginamos, não é possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho surgiu a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre a vida e a obra de Malinowski e sua estreita relação com a pesquisa de campo, por meio da observação participante. A partir da análise dos registros feitos na monografia “Os argonautas do pacífico ocidental”, foi possível promover o diálogo entre o autor em questão com os pesquisadores atuais que ilustram o painel acadêmico brasileiro, sobretudo, em se tratando das metodologias empregadas em campo no contato com a alteridade.

Após o diálogo entre as concepções geradas em tempo e espaço distintos, aduzimos que há muito em comum entre o postulado, construído em meados de 1922, sobre as regras elementares que norteiam a conduta do

pesquisador em campo antropológico, com as lições metodológicas ditadas hoje pelos antropólogos brasileiros.

Nesse sentido, quando Malinowski (1978) afirma que o que realmente lhe interessa, no estudo do nativo, é a sua visão das coisas, é a mesma intenção proposta por Viveiros de Castros (2002) na atualidade. A diferença está na forma de ver o nativo no momento da investigação. Em outros termos, Malinowski tentava enxergar o sujeito a partir de um prisma científico e antropológico.

Todavia, Viveiros de Castro (2002) entende que o desafio hoje é justamente o de não observar o outro a partir de uma perspectiva antropológica, e sim por meio do olhar do próprio ser analisado, respeitando as suas próprias ideias e visão de mundo. Sendo assim, novas abordagens surgem em decorrência da eminência de paradigmas que consigam dar conta de uma realidade plural.

A centralidade do pensamento de Malinowski na Antropologia é inquestionável na atual conjuntura, ainda mais quando se tem em mente a sua contribuição no âmbito da pesquisa etnografia, a sua capacidade de transmitir ao leitor a sensação de estar no lugar pesquisado, mesmo estando a quilômetros de distância, simplesmente por meio da leitura realizada de seus manuscritos.

Ao longo deste trabalho, foi possível perceber que a abordagem de Malinowski estava pautada na unidade de análise de um segmento concreto da realidade de um povo estudado, a exemplo do kula. Nesse aspecto, é plausível a observação de Durham (1986), ao identificar que a unidade de análise de Malinowski apresenta muitas semelhanças com o “fato social total” proposto por Marcel Mauss.

Nas palavras de Durham (1986), a similaridade existe no momento em que a unidade de investigação não resulte especificamente da manipulação analítica do pesquisador, mas precisa necessariamente satisfazer à própria experiência do grupo estudado, ou seja, deve existir como unidade tanto para o observador como para o observado.

REFERÊNCIAS

Antropologia Malinowskiana e os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa de campo na contemporaneidade

DURHAM, Eunice. **Malinowski**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. **História da antropologia**. 4 ed. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2010.

FABIAN, Johannes. A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 503-520, out. 2006.

L'ESTOILE, Benoît de; **NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia** (orgs.). *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 2 ed. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1978.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (orgs). **Antropologia e Ética**: o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004, p. 21-31. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/AntropologiaEtica.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Série antropológica, 130. Brasília, 1992. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie130empdf.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

_____. **A alteridade em contexto**: a antropologia como ciência social no Brasil. Série antropologia, 255. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie255empdf.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

SIGAUD, Lygia. *Doxa e crença entre os antropólogos*. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 77, p. 129-152, Mar. 2007.

TOREN, Christina. Como sabemos o que é verdade? O caso do *mana* em Fiji. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 449-477, Out. 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132002000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 dez. 2011.